

# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de Minas Gerais

## PROCURADOR JURÍDICO

CONCURSO PÚBLICO  
01/2025

**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.  
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG e Caneta.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova. Desligue o celular e outros aparelhos e acondicione no envelope plástico de segurança.
- φ Verifique se este caderno de questões corresponde com sua opção de inscrição. Responda as **40 (quarenta) questões**.
- φ A prova terá duração de **3h (três horas)** e o tempo mínimo de permanência na sala é de **1h30 (uma hora e trinta minutos)**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Você deve assinar a Folha de Respostas. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.  
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na **Folha de Respostas** somente uma letra (alternativa) para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta. Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



- φ Não será permitido substituir a Folha de Respostas. Não rasure, amasse ou dobre a Folha.
- φ Os três últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

**BOA PROVA !**



# IPEFAE

# LÍNGUA PORTUGUESA



Texto para as questões 01, 02 e 05



## TEXTO 1

Chove. A noite sombria e gelada, ao invés de embalar, me rouba o sono. Eu, debaixo do edredom macio, no aconchego do calor de meu quarto escuro, passo a cismar. Um vento frio que advém de fora, vaza a fresta da janela de onde adentra uma réstia de um poste vizinho. Apesar da comodidade de meu leito, não consigo conciliar-me com Morfeu. Vem-me à memória a criança imunda nos braços da mãe, chorando debaixo de um viaduto. Chorava de fome. Agora, talvez, chore também de frio. Eles precisam é de justiça social, não de uma moeda ou um de cobertor.

Fragmento adaptado da crônica "Desigualdades", de Tarcísio Cardoso. Disponível em: <https://tarcisiofcardoso.com.br/cronica-desigualdades/>.

### Q. 01

A crônica apresenta uma reflexão sobre a desigualdade social e a ineficácia da caridade individual diante de problemas estruturais. A partir da leitura e compreensão do texto, assinale a alternativa que melhor expressa a tese central defendida pelo narrador-personagem.

- (A) O desconforto do narrador é causado unicamente pelo frio da noite, que o impede de dormir, e pela lembrança da criança.
- (B) A solução para a miséria da criança e de sua mãe reside na distribuição de esmolas e cobertores, como formas imediatas de auxílio.
- (C) O contraste entre o "edredom macio" do narrador e a situação da criança sob o viaduto serve para ilustrar o incômodo da sociedade perante a pobreza.
- (D) A crítica principal do texto se dirige à insuficiência da caridade, defendendo que a verdadeira necessidade dos desvalidos é a implementação de políticas de justiça social.

### Q. 02

No trecho "A noite sombria e gelada, ao invés de embalar, me rouba o sono", as regências verbal e nominal são cruciais para a coesão e a correção. Analise as proposições a seguir, relativas a aspectos gramaticais do TEXTO 1:

- I. O termo "ao invés de" poderia ser substituído por "em vez de" sem alteração de sentido no contexto, pois ambas expressam a ideia de continuidade ou substituição.
- II. A omissão do pronome oblíquo átono "me" ("me rouba o sono") configuraria uma possibilidade de uso, pois o verbo "roubar" não necessita de complemento.

- III. No trecho "Vem-me à memória a criança imunda", o acento grave indicativo de crase em "à memória" é obrigatório, pois o verbo "vir" (no sentido de "ocorrer") exige a preposição "a", e o substantivo "memória" aceita o artigo definido feminino "a".

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.



Texto para as questões 03 a 05



## TEXTO 2

Vi hoje em uma TV que o narcotráfico comprou um pelotão inteiro das forças armadas no México. Imagina só no Equador. Mas não se espante. O pior não é o narco comprar militar, mas sim juízes ou desembargadores. Como acontece na América Latina. Hoje foi solto um perigosíssimo líder do PCC, que foi preso na Bolívia e trazido ao Brasil. Não ficou preso 24 horas. E, no Rio, a milícia suborna a prefeitura em quinhentos mil reais para liberar alvará de construção. Portanto. Não falem do Equador.

Fragmento adaptado de comentário de leitor, publicado no Painel do Leitor da Folha de S.Paulo. Título da matéria: "Pior do que pagar impostos é assistir tanta corrupção com tamanha impunidade, diz assinante". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2024/01/pior-do-que-pagar-impostos-e-assistir-tanta-corrupcao-com-tamanha-impunidade-diz-assinante.shtml>.

### Q. 03

O Texto 2, um comentário de leitor, estabelece uma progressão argumentativa que culmina em uma conclusão enfática. Qual das alternativas a seguir resume corretamente a principal preocupação e a conclusão do autor do comentário?

- (A) O autor está preocupado com a atuação do narcotráfico no México e no Equador, sugerindo que o Brasil deve se precaver contra a compra de militares.
- (B) A principal preocupação é a soltura de um líder do PCC, o que demonstra a fragilidade do sistema prisional brasileiro em comparação com o boliviano.
- (C) O texto utiliza exemplos de corrupção em diferentes esferas (militar, judiciária e administrativa) para concluir que a corrupção interna no Brasil é mais grave e sistêmica do que a crise em países vizinhos.
- (D) O foco do argumento é a milícia do Rio de Janeiro, que, ao subornar a prefeitura, demonstra a ineficácia da fiscalização municipal.

### Q. 04

Observe o trecho: "O pior não é o narco comprar militar, mas sim juízes ou desembargadores. Como acontece na América Latina."



**Sobre a concordância e a coesão textual no TEXTO 2, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) O uso da conjunção adversativa "mas" ("mas sim juízes ou desembargadores") estabelece uma correção ou retificação do que foi dito anteriormente, reforçando a gravidade da corrupção no Judiciário.
- (B) A expressão "Como acontece na América Latina" é uma oração subordinada adverbial comparativa, ao estabelecer uma relação de semelhança entre a situação brasileira e a do continente.
- (C) O verbo "acontece" está no singular, concordando com a oração toda - "o pior não é o narco comprar militar, mas sim juízes ou desembargadores" -, que funciona como sujeito desse verbo.
- (D) A forma verbal "foi solto" ("Hoje foi solto um perigosíssimo líder do PCC") está na voz passiva analítica, e o sujeito ("um perigosíssimo líder do PCC") faz com que a forma verbal concorde com ele.

**Q. 05**

(TEXTO 1 e 2)

Considerando a norma-padrão da Língua Portuguesa, analise as afirmações nos TEXTOS 1 e 2:

- I. No TEXTO 1, as vírgulas antes de "ao invés" e após "embalar" (" (...), ao invés de embalar, me rouba o sono") são obrigatórias, pois isolam uma oração com valor de aposto.
- II. No TEXTO 2, a palavra "milícia" ("E, no Rio, a milícia suborna a prefeitura") é um substantivo e exerce a função sintática de sujeito.
- III. No TEXTO 1, a vírgula após "fora" é facultativa, pois separa o sujeito ("Um vento frio que advém de fora") do seu predicado ("vaza a fresta da janela de onde adentra uma réstia de um poste vizinho").

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.



Texto para as questões 06 e 07



"A dignidade humana não é um conceito abstrato, mas a base de toda a ordem jurídica. Ela se manifesta no direito de cada indivíduo a uma vida plena, livre de privações e violências. Quando a sociedade falha em garantir o mínimo existencial, o pacto social se fragiliza. A justiça, nesse contexto, não pode ser apenas a aplicação fria da lei, mas um instrumento de transformação que busca restaurar a integridade e a autonomia dos cidadãos. É um dever coletivo zelar para que os direitos fundamentais não sejam meras promessas no papel, mas realidades palpáveis no cotidiano de todos."

(Adaptado de Poesias, Contos e Crônicas: Direitos Humanos. Pitanga/PR, Volume 2, 2019, pág 89)

**Q. 06**

De acordo com o Texto, a justiça é apresentada como um conceito que transcende a mera legalidade. Qual das alternativas a seguir melhor sintetiza a visão do autor sobre o papel da justiça na sociedade?

- (A) A justiça deve ser o pilar central para a aplicação rigorosa e imparcial da lei, garantindo a estabilidade da ordem jurídica.
- (B) A função primordial da justiça é punir aqueles que violam o pacto social, restabelecendo a ordem e a segurança.
- (C) A justiça é um mecanismo de transformação social, cuja finalidade é reverter a fragilização do pacto social ao restaurar a plenitude e a autonomia dos indivíduos.
- (D) A justiça se limita a ser um conceito abstrato, dependente da garantia do mínimo existencial para se manifestar de forma concreta.

**Q. 07**

O autor do Texto estabelece uma relação de causa e consequência entre a falha social e a fragilização do pacto social. O que, segundo o texto, é o fator determinante para essa fragilização?

- (A) A manifestação da dignidade humana como um conceito abstrato, base da ordem jurídica.
- (B) A aplicação fria da lei, que impede a justiça de ser um instrumento de transformação.
- (C) A ausência de um dever coletivo de zelar pelos direitos fundamentais.
- (D) A falha da sociedade em assegurar o "mínimo existencial" para os indivíduos.



Texto para as questões de 08 a 10



"A lei, muitas vezes, parece distante do cidadão comum, envolta em uma linguagem que obscurece mais do que esclarece. É imperativo que o Estado promova a simplificação do discurso jurídico, tornando-o acessível a todos. A transparência e a clareza são pilares da democracia, e a comunicação é o veículo pelo qual a cidadania se fortalece. Se o direito é de todos, sua compreensão não pode ser privilégio de poucos. O acesso à justiça começa na inteligibilidade de suas normas."

ANDRADE, Ionara Fonseca da Silva; RÉGO, Patrícia de Amorim; SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de. A linguagem jurídica e a necessidade de sua simplificação para o acesso à justiça e cidadania. Revista Cidadania e Acesso à Justiça, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 91–106, 2022. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-026X/2021.v7i2.8372

**Q. 08**

No trecho "*É imperativo que o Estado promova a simplificação do discurso jurídico, tornando-o acessível a todos.*", a substituição do termo sublinhado pela expressão "*aquelas pessoas mais simples*", resultaria em:

- (A) tornando-o acessível à aquelas pessoas mais simples.
- (B) tornando-o acessível com aquelas pessoas mais simples.
- (C) tornando-o acessível aquelas pessoas mais simples.
- (D) tornando-o acessível àquelas pessoas mais simples.

**Q. 09**

O trecho original afirma que "*A transparência e a clareza são pilares da democracia*". Considere as seguintes tentativas de reescrita:

- I. *A clareza das intenções e a transparência das instituições é pilar da democracia, reforçando que ambos os elementos se fundem em um único princípio essencial.*
- II. *A clareza das intenções e a transparência das instituições são pilares da democracia, preservando a ideia de dois elementos distintos que sustentam o regime.*
- III. *A clareza das intenções e a transparência das instituições, são pilares da democracia, acrescentando uma vírgula entre o sujeito composto e o verbo, a fim de destacar o sujeito.*

Com base nos princípios de concordância verbal e pontuação:

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas a II está correta.
- (C) Apenas a III está correta.
- (D) Apenas II e III estão corretas.

**Q. 10**

As palavras destacadas no Texto são, respectivamente, *obscurece*, *promova* e *inteligibilidade*. Assinale a alternativa em que a substituição dos termos mantém o sentido original do texto e a correção gramatical:

- (A) *obscurece* (clareia); *promova* (impulsione); *inteligibilidade*(clareza).
- (B) *obscurece* (esclarece); *promova* (retarde); *inteligibilidade*(complexidade).
- (C) *obscurece* (confunde); *promova* (proponha); *inteligibilidade*(obscuridade).
- (D) *obscurece* (dificulta); *promova* (estimule); *inteligibilidade*(compreensão).

**MATEMÁTICA****Q. 11**

O Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça determina, em seu Art. 10, que toda solicitação de aquisição de bens permanentes cujo valor ultrapasse 50 salários mínimos, por unidade ou lote, deve ser encaminhada previamente à Diretoria de Orçamento para análise de impacto financeiro.

O Diretor de TI protocolou pedido para aquisição de 70 computadores, cada um ao custo de R\$ 2.999. Considerando o Art. 10 e o valor do salário mínimo que é atualmente de R\$ 1.518, conclui-se que:

- (A) O valor unitário de cada computador ultrapassa 50 salários mínimos, portanto a solicitação deve ser encaminhada à Diretoria de Orçamento.
- (B) O valor total da aquisição ultrapassa 50 salários mínimos, portanto a solicitação deve ser encaminhada à Diretoria de Orçamento.
- (C) O valor total da aquisição não ultrapassa 50 salários mínimos, portanto não há necessidade de encaminhamento à Diretoria de Orçamento.
- (D) O valor unitário de cada computador não ultrapassa 50 salários mínimos e, portanto, a aquisição está dispensada de análise, independentemente do valor total do lote.



**Q. 12**

O Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) disciplina a instalação de suas sessões deliberativas. O Art. 22 dispõe:

“A sessão plenária do Conselho Superior somente será instalada e poderá deliberar sobre a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra membro da instituição com a presença de, no mínimo, um terço dos membros do colegiado.”

Considerando que o CSMP é composto por 15 Procuradores de Justiça, em determinada sessão convocada para apreciar a abertura de um PAD, registrou-se a presença inicial de apenas 4 conselheiros.

Diante desse cenário, a conclusão lógica imediata é:

- (A) A sessão pôde ser iniciada, pois 4 membros representam um quórum razoável.
- (B) A sessão não pôde ser iniciada, pois a ausência do membro convocado pelo Presidente impediu a instalação do quórum.
- (C) A sessão foi iniciada, mas as deliberações sobre o PAD foram suspensas.
- (D) A sessão não pôde ser iniciada, pois o quórum mínimo exigido não foi alcançado.

**Q. 13**

Em debate perante o Tribunal de Contas, a defesa de um gestor público sustentou a seguinte tese:

“Se o gestor público agiu estritamente dentro dos limites da lei orçamentária, então seu ato não pode ser considerado improbidade administrativa.”

Para afastar essa tese e dar prosseguimento à acusação, o Ministério Público de Contas precisa formular a negação lógica exata do argumento apresentado.

Qual das alternativas abaixo representa a negação lógica exata da afirmação da defesa?

- (A) O gestor não agiu dentro dos limites da lei orçamentária OU seu ato não pode ser considerado improbidade.
- (B) O gestor agiu estritamente dentro dos limites da lei orçamentária E seu ato pode, sim, ser considerado improbidade.
- (C) O gestor não agiu dentro dos limites da lei orçamentária E seu ato não pode ser considerado improbidade.
- (D) Se o ato foi considerado improbidade, então o gestor não agiu dentro dos limites da lei.



**Q. 14**

Em relatório de inspeção realizado pela Corregedoria na Vara de Execuções Penais, foram registradas as seguintes constatações:

- Todo processo de execução que envolve pedido de progressão para o regime aberto é analisado por, no mínimo, dois assessores.
- Alguns processos de execução com pedido de progressão para o regime aberto recebem parecer contrário do Ministério Público.
- Nenhum processo com parecer contrário do Ministério Público é deferido automaticamente pelo sistema eletrônico.

Com base na intersecção dessas premissas, conclui-se necessariamente que:

- (A) Todos os processos de execução com pedido de progressão têm parecer contrário do MP.
- (B) Processos com parecer contrário podem ser deferidos automaticamente se houver uma exceção do juiz.
- (C) Alguns processos de execução com pedido de progressão para o regime aberto não são deferidos automaticamente pelo sistema eletrônico.
- (D) Nenhum processo de execução com pedido de progressão tem parecer contrário do MP

**Q. 15**

O Procurador-Geral de Justiça precisa distribuir três investigações estratégicas (Operação A, Operação B e Operação C) entre três promotores experientes: Vic, Yasmim e Zeca. Cada promotor ficará responsável por apenas uma operação, observando as seguintes premissas:

- Se a Promotora Vic assumir a Operação A, então a Promotora Yasmim deverá assumir a Operação B.
- Ou o Promotor Zeca assume a Operação C, ou a Promotora Vic assume a Operação A; as duas situações são excludentes, apenas uma pode ocorrer.
- Ficou definido, em reunião preparatória, que a Promotora Yasmim não assumirá a Operação B.

Considerando essas condições, qual é a única distribuição correta possível?

- (A) Vic → Operação A; Yasmim → Operação C; Zeca → Operação B
- (B) Vic → Operação B; Yasmim → Operação C; Zeca → Operação A
- (C) Vic → Operação C; Yasmim → Operação A; Zeca → Operação B
- (D) Vic → Operação B; Yasmim → Operação A; Zeca → Operação C



# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## Q. 18

As teclas de atalho facilitam tanto as atividades que merecem ser tema de mais uma questão!

Corroborando o destaque de sua importância, elas foram utilizadas na confecção de todos os enunciados da presente prova. Qualquer conhecedor das funções básicas do Word, percebe que os caracteres estão em **Negrito**, que pode ser aplicado através da combinação das teclas:

- (A) Ctrl + N
- (B) Ctrl + Z
- (C) Ctrl + T
- (D) Ctrl + B

## Q. 19

No Excel as funções são fórmulas predefinidas que automatizam cálculos e operações complexas. Dentre elas, as Funções Lógicas realizam comparações lógicas e retornam resultados baseados em condições.

Diante de uma planilha elaborada para controlar as Cestas de Natal concedida aos vereadores nesse mês de dezembro, o Auxiliar Legislativo utilizou a função 'SE' para automatizar a resolução desejada. De acordo com a planilha e as argumentações utilizadas por ele (conforme exposto a seguir), assinale a alternativa que contemple o valor retornado como "Resolução" na célula C9.

	A	B	C
1	<b>CESTAS DE NATAL 2025</b>		
2	<b>NOME</b>	<b>RETIRADA RESOLUÇÃO</b>	
3	VEREADOR 1	RETIROU	
4	VEREADOR 2	RETIROU	
5	VEREADOR 3	RETIROU	
6	VEREADOR 4	RETIROU	
7	VEREADOR 5	RETIROU	
8	VEREADOR 6	RETIROU	
9	VEREADOR 7		
10	VEREADOR 8	RETIROU	

Argumentos da função

SE

Teste\_lógico B9= ""

Valor\_se\_verdadeiro "AVISAR"

Valor\_se\_falso "COMUNICAR"

- (A) A célula C9 continuará em branco
- (B) AVISAR
- (C) COMUNICAR
- (D) #VALOR!

## Q. 20

Ao receber um e-mail de um fornecedor contendo uma informação importante, você notou que seria necessário que seu superior imediato tomasse conhecimento. Respondendo ao e-mail recebido e simultaneamente incluindo seu superior como destinatário de forma a não

## Q. 16

Como prevê o § 1º do Art. 6º Do Regimento Interno da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, na Sessão Solene de Instalação, os Vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados após a leitura do compromisso.

A fim de facilitar os trabalhos e leitura, foi solicitado ao Auxiliar Legislativo que produzisse e imprimisse o termo do compromisso.

Uma vez solicitada a facilitação dos trabalhos, ele gerou o documento com uma fonte que julgou adequada, em tamanho 12, e uma boa medida de espaçamento entre linhas, findando conforme o exposto a seguir.

"PROMETO EXERCER, COM  
DEDICAÇÃO E LEALDADE O MEU  
MANDATO, RESPEITANDO A LEI E  
PROMOVENDO O BEM- ESTAR DO  
MUNICÍPIO"

Sobre os termos do compromisso apresentado, não resta dúvidas que o Auxiliar Legislativo utilizou como Fonte e Espaçamento Entre Linhas:

- (A) Times New Roman, Duplo
- (B) Times New Roman, Pelo menos 12 pt
- (C) Arial, Simples
- (D) Arial, Exatamente 5 pt

## Q. 17

No atual momento civilizatório a sociedade busca otimizar seu tempo. Com isto as teclas de atalho são boas aliadas para potencializar o desenvolvimento e resolução das atividades, uma vez que aceleram tarefas e executam comandos substituindo cliques do mouse e menus.

No Word, após abrir um arquivo já existente e realizadas as edições desejadas, com intuito de criar uma cópia e manter o arquivo original intacto, desejando "Salvar Como" o documento, é possível utilizar como atalho a tecla ou a combinação das teclas:

- (A) Alt + barra de espaço
- (B) F4
- (C) F12
- (D) Ctrl + T



ficar visível para o Fornecedor, preservando a confidencialidade, você acertadamente usou a função:

- (A) Para
- (B) Priv
- (C) Cc
- (D) Cco

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Q. 21

Com base nas regras sobre empregos e funções públicas, analise as assertivas:

- I. Maria é formada em engenharia. Trabalha como professora concursada na Faculdade X (autarquia municipal) e como engenheira concursada, no mesmo município, lotada na secretaria de mobilidade urbana.
- II. Carlos é motorista de ambulância concursado no município X e foi eleito vereador na mesma cidade. Exerce ambas as funções, pois há compatibilidade de horário, auferindo assim os dois salários.
- III. Josefa é procuradora do Município X e professora na faculdade particular B.

Analise agora as alternativas abaixo e aponte a opção correta.

- (A) Maria, Carlos e Josefa cometem irregularidades graves, pois não podem acumular cargos da forma como estão fazendo.
- (B) Maria, Carlos e Josefa não cometem irregularidade alguma, pois a Constituição garante o direito de liberdade de profissão, desde que habilitado, não havendo lei que os obrigue a manter fidelização a um único vínculo profissional.
- (C) Maria, Carlos e Josefa não cometem irregularidade alguma pois, apesar de a regra no serviço público ser a dedicação exclusiva, os cargos acumulados em questão estão dentre aqueles excepcionalmente permitidos pela Constituição Federal.
- (D) só Maria e Josefa acertam na acumulação. Carlos, ao se engajar na vereança, deve se afastar das atividades como motorista.

### Q. 22

Visando diminuir os índices de criminalidade, o Município B editou uma lei determinando que bares e demais estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas fechem até às 23:30h, só podendo reabrir a partir das 05:00h do dia seguinte.

Visando aumentar a qualidade da saúde dos cidadãos e evitar doenças cardíacas, o mesmo município editou uma lei proibindo que bares, lanchonetes e restaurantes mantenham o saleiro sobre o balcão ou mesa, já que é sabido os males que o excesso de sal na comida faz ao

organismo. O cliente que quiser colocar mais sal no seu prato, deve pedir lhe seja fornecido sachês individuais.

Tais leis foram questionadas pela população. Alguns criticaram a frivolidade de seu conteúdo, outros questionaram a ousadia e impertinência do poder estatal em se intrometer no comportamento das pessoas.

O município, por sua vez, alega agir em defesa aos interesses da própria população, tendo como principal motivação, a preservação do bem estar e saúde coletiva

Ocorre que a confederação sindical dos bares, lanchonetes e restaurantes cogita ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a lei que restringe o horário de funcionamento destes estabelecimentos, tendo como principal argumentação, a ofensa à previsão constitucional de liberdade de empreendimento, ou seja, está o município, ainda que no exercício do *jus imperium*, cometendo sérios abusos.

Com base no contexto acima, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou a respeito, e consolidou seu entendimento de que:

- (A) é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (B) é inconstitucional lei municipal que fixa o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, cabendo tal competência à lei federal.
- (C) é inconstitucional lei (municipal, estadual ou federal) que fixa o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (D) a fixação do horário do estabelecimento não deve ser matéria de lei municipal, mas sim de negociação coletiva firmado entre sindicato patronal e sindicato profissional, pois inerente à seara trabalhista.

### Q. 23

Baseado nos direitos sociais previstos na Constituição Federal, analise as afirmações e responda.

- I. são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- II. é livre a associação profissional ou sindical, sendo vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- III. é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.



- (C) I e II.  
(D) II e III.

**Q. 24**

O Brasil atualmente não possui mais territórios. Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, os Territórios de Roraima e Amapá foram elevados à categoria de Estados. Foi ainda extinto o Território de Fernando de Noronha, sendo sua área reincorporada ao estado de Pernambuco.

Caso a União venha a criar um Território Federal, é certo que este:

- (A) terá natureza jurídica de autarquia federal, tendo autonomia legislativa, administrativa e financeira, pois é um ente federativo dotado de total independência política.  
(B) terá natureza jurídica de autarquia federal e poderá ser dividido em municípios.  
(C) a União não poderá criar territórios federais pois a atual Constituição proíbe essa possibilidade, tanto que, assim que foi promulgada, extinguiu os territórios existentes.  
(D) terá um governador, eleito pela população local, através de voto direto e secreto.

**Q. 25**

Com base na previsão constitucional, analise as assertivas abaixo e responda.

- I. fazem parte do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal, composto por 11 Ministros, brasileiros, com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 70 (setenta) anos de idade; o Superior Tribunal de Justiça, composto por no mínimo 33 Ministros, brasileiros, com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 70 (setenta) anos de idade; o Superior Tribunal Militar, composto por 15 Ministros, com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 70 (setenta) anos de idade, sendo eles 5 oficiais-generais da Marinha, 5 oficiais-generais do Exército e 5 oficiais-generais da Aeronáutica, todos eles da ativa e do posto mais elevado da carreira.  
II. o acesso aos cargos de Ministros dos Tribunais Superiores será através de lista alternada de antiguidade e merecimento.  
III. não são órgãos do Poder Judiciário: o Ministério Público, a advocacia pública, a justiça desportiva e os tribunais de contas.  
IV. para dirimir conflitos fundiários, o Superior Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias e, sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

Das assertivas acima, está correta apenas:

- (A) I.  
(B) II.  
(C) III.

- (D) IV.

**Q. 26**

Carlos decidiu renunciar a propriedade sobre um terreno (meio lote, medindo 5m x 25m) situado na área urbana e um automóvel que há muito se encontra com o motor fundido e cujo custeio de manutenção se mostra inviável. Com base nas regras previstas no Código Civil sobre a perda da propriedade, é certo afirmar que:

- (A) a renúncia não é hipótese de perda de propriedade, mas somente de perda da posse.  
(B) os efeitos da perda da propriedade sobre o imóvel estão subordinados ao registro do título transmissivo ou do ato renunciativo no Registro de Imóveis.  
(C) o imóvel urbano que o proprietário renunciar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, ainda que se encontre na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do governo estadual.  
(D) ambas as renúncias, para serem validadas, precisarão ser ratificadas judicialmente, devendo Carlos ajuizar ação declaratória nesse sentido visando obter o aval do juízo local.

**Q. 27**

Com relação ao direito das obrigações, analise as assertivas abaixo e responda de acordo com a previsão contida no Código Civil.

- I. a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso. Se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.  
II. deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.  
III. até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço, o que deverá ser aceito pelo credor.  
IV. até a tradição da coisa, os frutos, pendentes ou a serem colhidos, pertencem ao devedor.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I e IV.  
(B) I e II.  
(C) II e III.  
(D) II e IV.

**Q. 28**

A Constituição Federal assegura em seu art. 5º, LV que a todos os acusados em geral será garantido o direito à ampla defesa e contraditório.



**Nesse sentido, o Código de Processo Civil traz uma extensa disposição de institutos a regulamentar a contestação do réu.**

**Com base nessas regras processuais, é certo afirmar que:**

- (A) João pactuou negócio jurídico com a Empresa X. Entre eles, havia previsão de convenção de arbitragem (uma cláusula compromissória) onde seria instituída a arbitragem caso houvesse alguma desavença futura. Eis que as partes se desentenderam e João acionou judicialmente a Empresa X sem submeter a pretensão ao Juízo arbitral. Nesse caso, a ré deverá alegar a convenção de arbitragem em preliminar processual. Caso não alegue, o juiz poderá reconhecê-la de ofício, pois o fato de o réu não mencioná-la não implica em renúncia ao juízo arbitral.
- (B) alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu. Realizada a substituição, o autor ficará isento da obrigação de reembolsar o réu quanto as despesas e de pagar os honorários ao patrono deste.
- (C) na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. O prosseguimento da reconvenção, contudo, ficará prejudicado, caso o autor desista da ação ou ocorra causa extintiva que impeça o exame de seu mérito.
- (D) incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, estando o defensor público, o advogado dativo e o curador especial isentos deste dever de impugnação específica dos fatos.

### Q. 29

**João processou a empresa B. Para comprovar um dos fatos alegados na inicial, João precisa exibir um documento que está em posse daquela. A exibição do documento não convém aos interesses do réu, pois mostrará que João tem razão em sua reclamação.**

**Nesse caso, com base nas regras processuais civis sobre produção de provas, é certo afirmar que:**

- (A) o juiz pode ordenar que a empresa B exiba documento. Cabe ao réu, contudo, decidir se o exibirá ou não. Caso recuse, não precisará se justificar, bastando invocar o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo.
- (B) o juiz pode ordenar que a empresa B exiba documento. O juiz não admitirá a recusa do réu em exibi-lo se o documento for comum às partes.
- (C) o juiz pode ordenar que a empresa B exiba documento. O réu, contudo, não se escusa de exibir o documento em juízo, ainda que sua publicidade redunde em desonra a seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.
- (D) o juiz não pode ordenar que o réu exiba o documento.

### Q. 30

**No acordo coletivo firmado entre Faculdade B e sindicato dos professores, há previsão de que os docentes terão direito a perceber adicional noturno de 30% sobre o valor da hora trabalhada. Há, contudo, previsão na Convenção Coletiva da mesma categoria, previsão de que o adicional noturno será de 40% sobre a hora trabalhada.**

**Levando em conta a previsão da Constituição Federal sobre as negociações coletivas e a previsão das regras celetistas, é certo afirmar que:**

- (A) deve prevalecer o adicional de 20% estipulado na lei.
- (B) deve prevalecer o adicional de 40%, pois mais benéfico.
- (C) deve prevalecer o adicional de 30%, pois as regras do acordo prevalecem sobre as regras da convenção.
- (D) diante desta antinomia jurídica, a causa deve ser levada à análise do Tribunal Regional do Trabalho, através de dissídio coletivo, para se definir qual fonte de direito prevalecerá.

### Q. 31

**Em um processo trabalhista já em fase de execução, tramitando perante a Justiça do Trabalho, foi ordenada a penhora de um imóvel pertencente a um dos sócios da empresa executada. O sócio em questão não foi inserido no polo passivo da execução, motivo pelo qual ajuizou embargos de terceiros questionando a validade da constrição. O Juízo julgou improcedente os embargos.**

**Obedecendo os pressupostos recursais necessários para o regular processamento dos apelos, no caso em tela, é certo afirmar que:**

- (A) caberá agravo de instrumento sobre esta decisão, no prazo de 8 dias, não havendo necessidade de recolhimento de depósito recursal.
- (B) caberá agravo de petição, no prazo de 8 dias, não havendo necessidade de recolhimento de depósito recursal.
- (C) caberá recurso ordinário sobre esta decisão, no prazo de 8 dias, havendo necessidade de recolhimento de depósito recursal.
- (D) caberá apelação, no prazo de 15 dias, não havendo necessidade de recolhimento de depósito recursal.

### Q. 32

**Com base na legislação processual penal, analise as frases abaixo e responda:**

- I. **o processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelas regras estipuladas no Código de Processo Penal, ressalvados os processos da competência da Justiça Militar.**
- II. **a lei processual penal será desde logo aplicada, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.**



- III. a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- IV. em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) II e IV.  
 (B) I, II, III e IV.  
 (C) IV.  
 (D) II, III e IV.

### Q. 33

À luz das disposições constitucionais sobre o Sistema Tributário Nacional e do Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. A competência para instituir contribuições de melhoria é comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, podendo ser cobrada para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- II. A União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência exclusiva para instituir empréstimos compulsórios, os quais podem ser cobrados para atender a despesas extraordinárias ou a investimentos públicos urgentes.
- III. A definição legal do fato gerador da obrigação tributária principal é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.  
 (B) I e III, apenas.  
 (C) II e III, apenas.  
 (D) I, II, e III,

### Q. 34

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) é o marco regulatório da responsabilidade na gestão fiscal, tendo como princípio básico a manutenção do equilíbrio das contas públicas. Com base em suas disposições, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma a seguir.

- ( ) A despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 20 da referida Lei deve ser apurada somando-se a despesa realizada no mês de referência com as dos onze meses anteriores, independentemente de empenho, considerando a remuneração bruta do servidor.
- ( ) Em caso de excesso do limite da dívida consolidada, o ente ficará proibido de realizar

qualquer operação de crédito, sem exceções, até que a situação seja regularizada.

- ( ) É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação e outro, exceto quando a operação for realizada por instituição financeira estatal e não se destinar a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes.
- ( ) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício fiscal que implique renúncia de receita depende, obrigatoriamente, de estímulo a algum setor econômico específico, conforme definido em lei estadual ou municipal.

A sequência, de cima para baixo, está correta em:

- (A) V – F – V – F.  
 (B) F – V – V – V.  
 (C) V – F – F – F.  
 (D) F – V – V – F.

### Q. 35

Analise as afirmações abaixo e responda:

- I. a nomeação para cargo isolado ou de carreira depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- II. posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial e só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física, mentalmente e psicologicamente para o exercício do cargo.
- III. reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- IV. reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Com base na Lei Municipal nº 656/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista), das assertivas acima, estão corretas apenas aquelas que constam em:

- (A) I, II, III e IV.  
 (B) I e II.  
 (C) I, II e IV.  
 (D) I e III.



**Q. 36**

Katiane foi aprovada como professora no concurso municipal de São João da Boa Vista. Após alguns anos de labuta, foi vítima de um fatídico acidente de trânsito, vindo a falecer. Era casada com Jaime, rico e importante empresário local. Tinha 3 filhas (Karen, 25 anos; Matilde, 23 anos; e Hebe, 17 anos). A mãe de Katiane, Idalina, conta com 78 anos e não é aposentada.

Com base na Lei Municipal nº 656/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista), é certo afirmar que:

- (A) a partir do óbito, os dependentes de Katiane terão direito a pensão por morte. O valor desta será o do valor percebido pela agente falecida. A pensão será dividida em 5 (cinco) cotas iguais e distribuídas entre Jaime, Karen, Matilde, Hebe e Idalina.
- (B) apenas Jaime e Hebe terão direito a pensão por morte de Katiane.
- (C) Jaime e Hebe terão direito a pensão por morte. Se Idalina comprovar que dependia economicamente da filha falecida, também fará jus ao recebimento do benefício.
- (D) apenas Hebe tem direito a pensão por morte.

**Q. 37**

A empresa B, sediada no Município de São João da Boa Vista, ficou devendo impostos municipais por longo período. O Município ajuizou ação de execução fiscal e penhorou vários bens do devedor, dentre eles, um terreno de 15.000m<sup>2</sup> localizado na cidade.

Havia a perspectiva de se criar um parque no local, mas o projeto sequer foi iniciado, ante a prioridade de investimentos públicos em outras frentes.

A Prefeitura então, vendo que o imóvel não tem destinação pública (sequer estando afetado), determinou sua venda, através de ordem do Prefeito e da Câmara Municipal.

Contudo, um grupo de associação de bairro apresentou manifesto contra a venda do patrimônio público em questão.

Nesse caso, com base na previsão contida na Lei Orgânica do Município envolvido, é certo afirmar que:

- (A) o imóvel não pode ser vendido, já que indisponível, pois de uso comum do povo.
- (B) o imóvel não pode ser vendido, já que indisponível, pois de uso especial.
- (C) o imóvel, que é dominial, pode ser vendido nesse caso.
- (D) o imóvel, que é de uso especial, só pode ser vendido, se houver autorização de pelo menos 2/3 dos votos dos membros da Câmara dos Vereadores, o que, não sendo o caso, torna a venda nula.

**Q. 38**

Analise as situações abaixo e responda:

- I. Maria vendeu sua Fazenda (imóvel rural) para Lucinda.
- II. Jenifer herdou de seu pai falecido a quantia de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- III. (dez) empresas e mais 200 moradores tiveram seus imóveis valorizados graças a uma obra federal realizada ali nas cercanias.

Considerando que todos os fatos ocorreram no Município de São João da Boa Vista, com base na Lei Orgânica do Município, é certo afirmar que:

- (A) Lucinda passará a pagar ITR (Imposto Territorial Rural) que é um imposto de competência do município.
- (B) os proprietários dos imóveis valorizados não terão de pagar contribuição de melhoria para o município.
- (C) Jenifer terá de pagar ITCMD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e doação – para o município.
- (D) todos terão de pagar tributos ao município, pois os fatos geradores ocorreram nessa base territorial. A saber; Lucinda e Jenifer pagarão impostos, respectivamente ITR e ITCMD e, os que tiveram seus imóveis valorizados, pagarão contribuição de melhoria.

**Q. 39**

Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de São João da Boa Vista, é certo que esta casa:

- I. tem função legislativa, que consiste em deliberar por meio de Leis, Decretos Legislativos e Resoluções sobre as matérias de competência do Município.
- II. tem função de fiscalização externa, exercida com auxílio do Tribunal de Contas Municipal, compreendendo: a) apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara; b) acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município; c) julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- III. tem função administrativa, que é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.



**Q. 40**

Em sessão realizada na Câmara dos Vereadores de São João da Boa Vista, um determinado vereador começou a xingar agressivamente uma colega de partido adversário. As ofensas tinham caráter racista, antissemita e machista.

Com base no Regimento Interno daquela Casa, é certo que:

- (A) os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, ainda que tenham conteúdo injurioso, difamatório ou calunioso, desde que proferidas durante a sessão em que discursava.
- (B) os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação ou calúnia, devendo, nesse caso, ser julgado criminalmente por seus próprios pares junto à Câmara.
- (C) caberá à Câmara optar, por deliberação de 2/3 de seus membros, em ajuizar ação criminal no foro local ou abrir processo de cassação do vereador agressor.
- (D) o vereador agressor responderá tanto a ação penal (ajuizada no foro local) quanto ao processo de cassação (conduzido pela própria Câmara).

**IPEFAE****GABARITO RASCUNHO**

1	16	31
2	17	32
3	18	33
4	19	34
5	20	35
6	21	36
7	22	37
8	23	38
9	24	39
10	25	40
11	26	
12	27	
13	28	
14	29	
15	30	

Seu futuro passa por aqui!

[www.ipefae.org.br](http://www.ipefae.org.br)

